

Marxismo e crise ecológica: comentários críticos ao ecossocialismo de Michael Löwy a partir da ontologia marxiana

VÂNIA NOELI BÁ FERREIRA DE ASSUNÇÃO*

Resumo

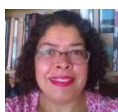
Este artigo se propõe a tecer alguns comentários críticos, breves e despretensiosos, a partir da análise imanente de diversos textos de difusão escritos pelo sociólogo marxista paulistano Michael Löwy (*1938) sobre a crise ecológica e a propositura ecossocialista. Os comentários críticos são feitos com base na perspectiva ontológica marxiana trazida a lume por G. Lukács e outros autores.

Palavras-chave: ecossocialismo; Michael Löwy; marxismo; ontologia; G. Lukács.

Abstract

This article aims to make a few critical comments, brief and unpretentious, from the immanent analysis of various dissemination of texts written by paulistano Marxist sociologist Michael Löwy (* 1938) on the ecological crisis and the ecosocialist brought. The critical comments are made on the basis of Marxian ontological perspective brought to light by G. Lukacs and other authors.

Key words: ecosocialism; Michael Lowy; Marxism; ideology; G. Lukacs.



* **VÂNIA NOELI BÁ FERREIRA DE ASSUNÇÃO** é professora adjunta no curso de Serviço Social da UFF - Rio das Ostras.

No interior do debate sobre a grave crise ambiental dos dias que correm, o marxista paulistano Michael Löwy (*1938) tem grande relevância: é um dos expoentes do ecossocialismo, talvez a mais influente das correntes marxistas que tratam do problema ambiental atualmente. Este artigo se propõe a tecer alguns comentários críticos, necessariamente breves e despretensiosos, a partir da análise imanente de diversos textos de difusão escritos por Löwy sobre este tema, comentários feitos com base na perspectiva ontológica marxiana trazida a lume por G. Lukács e outros autores. Apresentamos, inicialmente, uma síntese das ideias do autor, e em seguida elencamos alguns apontamentos críticos ao ecossocialismo löwyano.

Ecossocialismo: uma síntese entre marxismo e ecologia

Löwy chama a atenção, em seus textos, para os muitos, graves e indiscutíveis problemas ecológicos atuais – verdadeira *crise ecológica* – e adverte que ela já é atual (não futura), abrange todo o planeta e põe em questão, no médio prazo, a própria *sobrevivência* da humanidade. As elites capitalistas dirigentes, avalia, negam a gravidade da situação, apressam-se em lucrar com ela ou propõem soluções muito limitadas (LÖWY, 2010; 2011).

Diante disso, entende que a grande contribuição da ecologia é conscientizar sobre tais problemas advindos do atual modo de produção e consumo (LÖWY, 2016). Mas vê diversos limites nas propostas feitas pelas correntes ecológicas europeias predominantes (pois no Sul a ecologia seria um dos mais importantes ingredientes do movimento contra a globalização capitalista neoliberal). Para ele, algumas delas seguem um naturalismo anti-humanista que emparelha todas as

formas de vida, até a humana; outras se querem substitutas da crítica marxiana da economia política e pressupõem a possibilidade de compatibilizar capitalismo e ecologia, condenando-se à mera “correção dos ‘excessos’ do produtivismo capitalista” (LÖWY, 2014, p. 37).

Como os problemas ambientais são relativos ao capitalismo, ou seja, são sistêmicos, assevera, “a solução tem de ser antissistêmica, isto é, anticapitalista” (LÖWY, 2014, p. 9). Por capitalismo Löwy ora entende amplamente um “sistema baseado na exclusão da maioria da humanidade, a exploração do trabalho pelo capital, a alienação, a dominação, a hierarquia, a concentração de poderes e de privilégios, a quantificação da vida, a reificação das relações sociais, o exercício institucional da violência, a militarização, a guerra” (LÖWY *apud* QUERIDO, 2013, p. 22); ora se restringe explicitamente aos aportes weberianos do Lukács de *História e consciência de classe*¹, em especial do fenômeno da *racionalização* (subdividido em *racionalidade instrumental*; *diferenciação e autonomização das diferentes esferas* – econômica, social, política e cultural; e *tendência à quantificação*) (LÖWY, 2016). Observa que a racionalidade limitada do mercado capitalista entra constantemente em contradição com a racionalidade ecológica e, por fim, a economia “escapa a qualquer controle social, moral ou político” (LÖWY, 2016).

Segundo Löwy, os ecologistas consideram problemáticas várias

¹ Para mais detalhes sobre as complexas e críticas aproximações entre Weber e Lukács, que inclusive mudaram de teor conforme este último amadurecia, recomendamos Vaisman (2005) e Vasconcellos (2016).

análises e propostas dos marxistas, que seriam partidários de um humanismo conquistador que opõe homem e natureza; negligenciariam o papel desta na formação da riqueza em prol do trabalho; e seriam produtivistas. Ele concorda que há muitas referências a “supremacia” e “dominação” da natureza em Marx, mas também se encontra ali um naturalismo que propõe uma abordagem não unilateral nem antagônica da relação homem/natureza. Quanto à origem do valor/riqueza, “Marx utiliza a teoria do valor-trabalho para explicar a origem do valor de troca, no âmbito do sistema capitalista. A natureza, por outro lado, participa da formação das verdadeiras riquezas”, os valores de uso (LÖWY, 2014, p. 23).

Löwy entende, porém, que há diversos problemas reais na forma como o marxismo aborda a questão ecológica. Primeiro, a incorporação acrítica do produtivismo capitalista na ideia de que a revolução socialista consistiria em libertar as forças produtivas das relações de produção capitalistas para possibilitar seu livre desenvolvimento, em desconsideração pelos “limites naturais” ao crescimento. Em Marx isso seria dúvida: faria a denúncia do produtivismo capitalista, mas teria uma admiração acrítica pela obra civilizatória capitalista e por sua instrumentalização brutal da natureza, tendendo “a fazer do ‘desenvolvimento das forças produtivas’ o principal vetor de progresso” (LÖWY, 2014, p. 25). Marx teria esboçado em escritos mais raros “uma verdadeira problemática ecológica e uma crítica radical das catástrofes resultantes do produtivismo capitalista”, uma visão dialética das contradições do “progresso” a que se chega pelo desenvolvimento das forças produtivas, embora sempre a partir de aspectos específicos e limitados (LÖWY, 2014, p. 27). Algumas

passagens deixariam entrever a promoção espontânea do metabolismo entre homem e natureza, a preservação do meio ambiente natural e a superação da contradição cidade/campo como uma tarefa fundamental do socialismo, mas em outros textos marxianos se fariam presentes as seguintes características: evolucionismo etapista, determinismo fatalista e positivista, eurocentismo, acriticismo em relação às forças produtivas, filosofia do progresso unilinear e do triunfo inevitável do socialismo (LÖWY, 2013, p. 9; 2004, p. 16; 2014, p. 25). Apenas em 1877 essa visão daria lugar, de forma embrionária, a “uma perspectiva dialética, policêntrica, que admite uma multiplicidade de formas de transformação histórica e, sobretudo, a possibilidade de as revoluções sociais modernas começarem na periferia do sistema capitalista” e não no centro, antecipando os movimentos revolucionários do século XX (LÖWY, 2013, pp. 9; 16).

Para Löwy, o “calcanhar de aquiles” de “alguns textos ‘canônicos’” de Marx seria sua concepção das forças produtivas como “neutras”, de maneira que caberia à revolução a “apropriação coletiva das forças e dos meios de produção desenvolvidos pelo capitalismo” e abolição das relações de produção atuais que embarçam seu desenvolvimento para usá-los para atingir seus fins: o aparelho produtivo socialista seria apenas “gestão planificada e racional desta civilização material criada pelo capital” (LÖWY, 2014, p. 33). Essa visão seria, avalia, “injustificável atualmente”, “pela ameaça de destruição do equilíbrio ecológico do planeta” (LÖWY, 2016). O aparato produtivo não seria neutro e traria em sua estrutura a marca de um desenvolvimento voltado para o capital e a expansão ilimitada do mercado,

contraditando a proteção do meio ambiente e a saúde da população – por isso deveria ser revolucionado, exatamente como Marx propôs em relação ao aparato estatal: “*Mutatis mutandis*, os trabalhadores não podem se contentar em tomar tal e qual a ‘máquina’ produtiva capitalista e fazê-la funcionar por sua própria conta: eles devem transformá-la radicalmente” (LÖWY, 2014, p. 38). Sem negar explicitamente o “incontestável” “grande valor dos avanços científicos e tecnológicos da era moderna” e a elevação da produtividade do trabalho (necessários à satisfação de necessidades sociais e à redução da jornada de trabalho), adverte: “O desafio é reorientar o progresso de maneira a torná-lo compatível com a preservação do equilíbrio ecológico do planeta” (LÖWY, 2014, pp. 37-8). Essa meta seria alcançável por meio de uma revolução energética, da eliminação de alguns ramos de produção (centrais nucleares, algumas técnicas de pesca intensiva e industrial, desmatamento) e do fim do desperdício imenso de recursos provocado pelo capitalismo.

Essa visão implica que aquilo que Löwy compreende por crítica da economia política marxiana – “o questionamento da lógica destrutiva induzida pela acumulação limitada de capital” (LÖWY, 2014, p. 37) – precisaria ser complementada para corresponder ao novo tempo: é necessário acrescentar à contradição entre as forças e as relações de produção a contradição “entre as forças produtivas e as *condições de produção*: os trabalhadores, o espaço urbano, a natureza”, contra as quais atentaria o capital (LÖWY, 2014, p. 41). A contradição forças produtivas x relações de produção também poderia ser substituída pela fórmula *transformação das forças potencialmente produtivas em forças*

efetivamente destrutivas, para dar um fundamento crítico ao desenvolvimento econômico.

Löwy conclui que o marxismo estaria muito atrasado no debate ecológico. Mesmo com alguns *insights*, Marx não teria uma perspectiva ecológica de conjunto (LÖWY, 2014; 2016). Parte da convicção de que “a crítica do capitalismo de Marx e Engels é o fundamento indispensável de uma perspectiva ecológica radical”, mas “os temas ecológicos não ocupam um lugar central no dispositivo teórico marxiano” e “os escritos de Marx e Engels sobre a relação entre as sociedades humanas e a natureza estão longe de serem unívocos, e podem, portanto, ser objeto de interpretações diferentes” (LÖWY, 2014, pp. 21-2, 2011, p. 79). Com base nessas premissas, advoga que a questão ecológica é o grande desafio para a necessária revisão do marxismo do século XXI, para “*aprofundar a ruptura do marxismo com paradigmas da civilização (capitalista) moderna (...) de forma a libertá-lo de qualquer influência da ideologia burguesa do ‘progresso’*” (LÖWY, 2004, p. 16).

Daí que pleiteie uma espécie de terceira via vermelha-verde, que associe as conquistas dos ecologistas com a crítica estrutural dos socialistas. Isto seria possível, primeiro, por ambos terem, no seu entender, raízes comuns na crítica romântica ao capital. Assim, ecologistas e socialistas compartilhariam valores qualitativos (valor de uso, igualdade social, satisfação de necessidades, equilíbrio ecológico e economia como inserida no ambiente natural/social) e propugnariam “a superação da racionalidade instrumental, da autonomização da economia, do reino da quantificação, da produção como objetivo em si, da ditadura do dinheiro”, do predomínio do cálculo e da

necessidade da acumulação do capital (LÖWY, 2016). O ecossocialismo, responsável por tal convergência, reviu a concepção de forças produtivas dos socialistas e rejeitou a ilusão dos ecologistas de ecologizar o capital, ao tempo em que receberia como contribuições “vermelhas” “a crítica marxista do capital e a alternativa socialista”, enquanto a “verde” seria “a crítica ecológica do produtivismo” (LÖWY, 2014, p. 9).

Löwy qualifica como ecossocialistas aquelas correntes de pensamento e de ação ecológica que aspiram a subordinar o valor de troca ao valor de uso numa sociedade baseada no controle democrático e na igualdade, o que supõe propriedade coletiva dos meios de produção, planejamento democrático e uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas (cf. 2014, p. 45; 2010, p. 689). Embora heterogênea, teriam como base a visão de que o modo de produção e consumo atual dos países capitalistas avançados não pode ser expandido para o planeta inteiro, sob pena de colapso ecológico; a continuação do progresso capitalista e da civilização da economia de mercado ameaçariam a sobrevivência humana – preservar o meio ambiente natural seria, pois, um *imperativo humanista*. Pretendendo-se “uma proposta radical – isto é, que ataca a raiz do sistema”, se, de um lado, alega apropriar-se das aquisições teóricas do marxismo, por outro, o despojaria de “suas escórias produtivistas”. Não obstante critique a ideologia das correntes dominantes do movimento operário, o ecossocialismo ainda veria os trabalhadores como protagonistas e o conflito de classe como “a principal contradição social das formações capitalistas – assim como o eixo em torno do qual podem se articular os outros movimentos com vocação emancipatória” (LÖWY *apud*

QUERIDO, 2013, p. 21). O ecossocialismo de Löwy diferencia-se da posição à esquerda que supõe a possibilidade de um desenvolvimento das forças produtivas socialistas ilimitado, com novas tecnologias, e dos que advogam a limitação drástica do consumo, do crescimento demográfico e do nível de vida das populações sob uma espécie de “ditadura ecológica”. A ambas subjazeria uma noção puramente *quantitativa* do crescimento e do desenvolvimento das forças produtivas, enquanto para ele a questão é *qualitativa*: “É o tipo de consumo atual (...) que deve ser questionado”, não o consumo em si (LÖWY, 2014, p. 48).

O fato de o ecossocialismo rejeitar o reformismo não significa descartar reformas imediatas, que podem trazer “uma dinâmica de mudança, desde que sejam rechaçados os argumentos e as pressões dos interesses dominantes apresentados em nome das ‘regras do mercado’, da ‘competitividade’ ou da ‘modernização’” (LÖWY, 2010, p. 693). Mas “É o conjunto do modo de produção e de consumo (...) que deve ser transformado, somado à supressão das relações de produção capitalistas e ao começo de uma transição para o socialismo” (LÖWY, 2014, p. 51). Tais objetivos só seriam alcançáveis se houver controle público dos meios de produção e planejamento democrático, “para se libertar de ‘leis econômicas’ e de ‘jaulas de ferro’ alienantes e reificadas no seio das estruturas capitalistas e burocráticas” (LÖWY, 2014, p. 79). No seu entender, a produção e o consumo, as linhas produtivas a privilegiar e o nível de recursos a investir devem ser “organizados racionalmente e não somente pelos ‘produtores’, mas também pelos consumidores e, de fato, pelo conjunto da sociedade, seja população produtiva ou ‘não-

produtiva” (LÖWY, 2014, p. 78) Os interesses dos seres humanos e cidadãos não seriam, assim, reduzidos a seus interesses econômicos enquanto produtores e consumidores. O planejamento se mesclaria com controle democrático em todos os níveis, de forma que as decisões relativas aos investimentos tecnológicos passassem a ser tomados pelas populações envolvidas. Haveria o enriquecimento da democracia representativa com a democracia direta, a autogestão trabalhadora e o controle dos corpos executivos e técnicos pelos níveis inferiores (LÖWY, 2014, p. 88).

Para Löwy, se a crise atual é uma dramática *crise de civilização*, há que efetivar um novo *paradigma civilizacional* “que concerne não apenas ao aparelho produtivo e aos hábitos de consumo, mas também ao habitat, à cultura, aos valores, ao estilo de vida” (LÖWY, 2010, p. 691). “Nesta perspectiva, o projeto socialista visa não apenas uma nova *sociedade* [igualitária e democrática], e um novo *modo de produção*, mas também um novo *paradigma de civilização*”, “um *modo de vida alternativo*, uma *civilização nova*, *ecossocialista*” “para além do império do dinheiro” (LÖWY, 2014, pp. 38; 49; 88). Estaria fundada sobre “a predominância do ‘ser’ sobre o ‘ter’ em uma sociedade sem classes sociais nem alienação capitalista, isto é, a prioridade do tempo livre sobre o desejo de possuir inumeráveis objetos: a realização pessoal por meio de verdadeiras atividades culturais, esportivas, lúdicas, científicas, eróticas, artísticas e políticas” (LÖWY, 2014, pp. 93-4).

Como a sociedade capitalista é *não-ética*, a contraproposta antissistêmica ecossocialista tem um caráter fortemente *ético*, o desafio da aplicação de uma *economia moral*: “uma política

econômica baseada em critérios não-monetários e extra-econômicos”, “a ‘reimbricação’ do econômico no ecológico, no social e no político”, substituição da “microrracionalidade do lucro por uma macrorracionalidade social e ecológica”, por “valores qualitativos, irredutíveis à quantificação mercantil e monetária”, que tornariam possível o “reino da liberdade” (LÖWY, 2016; 2014, pp. 47; 64). Löwy qualifica esta visão como uma utopia, a qual acha “indispensável à mudança social”, pois “permite reencontrar a comunidade perdida, mas sob uma nova forma que integra as conquistas da modernidade: liberdade, igualdade, fraternidade e democracia” (LÖWY, 2014, p. 49; 2016). Nesse sentido, para ele, socialismo é uma “utopia concreta”.

Apontamentos críticos a partir da ontologia lukacsiana

Toda crítica ao ecossocialismo de Michael Löwy deve começar apontando sua distância em relação à ecologia culturalista e anti-humanista que viceja ainda hoje em alguns campos férteis, embora com menor influência, após a desilusão com os limites teóricos e práticos apresentados pelos partidos verdes mundo afora. A adesão ao marxismo possibilita a Löwy fazer a discussão a partir de outro patamar, mais elevado. Inobstante, não o imuniza com relação a uma série de problemas, no nosso entender. Pode-se apontar, por exemplo, sua visão de crise ecológica, muitas vezes descrita com tintas forçadas (cf. LÖWY, 2010; 2011) e que chega a confundir “crise com catástrofe, contradição com autodestruição, natureza contraditória do capital com lógica autodestrutiva” (CHASIN, 1999, p. 81). Ou seja, parece-nos que Löwy deixa de compreender a essência da crítica marxiana do capital, cuja base é a contradição deste sistema e sua

possível superação pelo agente social posto objetivamente em condição para tal, não sua autodestrutividade segundo uma lógica interna automatizada. Esta visão, inclusive, desconsidera o já largo histórico do capitalismo na superação das frequentes crises que o assolam.

A opção de Löwy pela herança do Lukács de *História e consciência de classe* deixa profundas marcas no seu pensamento: por exemplo, a desconsideração da prioridade ontológica do trabalho e de seu papel mediador entre homem e natureza – uma ausência que compromete o materialismo (FREDERICO, 2010, p. 176) e abre espaço à utopia. Também leva a relevar a importância da economia, do complexo de produção e reprodução material da existência humana. Ressalte-se que a economia enquanto momento preponderante de uma totalidade mais ampla – só superável quando as necessidades nesta esfera estiverem atendidas, no reino da liberdade – não se refere a *economia capitalista*. A economia representa a atividade vital do homem: como lhe é necessário produzir para viver, esta produção (e reprodução) da própria vida é o fundamento ontológico último (econômico) de sua existência, marcado pela interdeterminação entre sujeito, predicado (atividade) e o exercício real daquela capacidade (a interatividade entre os seres humanos). Por sua posição ontológica, as categorias econômicas são veículos de transformação e só aquelas categorias com efetivas raízes na economia podem se tornar determinantes (LUKÁCS, 2012). Assim, a transformação correspondente das bases econômicas é necessária para que toda mudança na superestrutura crie algo novo. Por isso é muito temerário transferir, ainda que só parcialmente, raciocínios marxianos relativos à esfera da política para a da

economia (momento preponderante), como Löwy o faz.

Destaque-se que dominação da natureza pelo homem não implica desconsideração por suas leis (como Löwy reconhece in 2001, p. 80). Como na ontologia marxiana não há clivagem absoluta entre natureza e sociedade, que formam uma unidade de complexos heterogêneos parciais, o controle da natureza significa um duplo domínio, a *submissão da natureza* aos objetivos humanos e a *submissão destes às leis naturais*, o conhecimento correto e o respeito às causalidades naturais, sob pena de fracasso. O homem desperta potências adormecidas na natureza, possibilidades imanentes irrealizáveis sem sua atuação, e as sujeita a seu controle, processo no qual ocorre a transformação do próprio homem. No contato com o mundo externo, o “sujeito – forçado pela sua atividade – termina por formar dentro de si novas possibilidades, e nesse processo é induzido inevitavelmente a reprimir, ou modificar, velhas possibilidades”, de forma que ser humano é “em larga medida produto de sua própria atividade” (LUKÁCS, 2010, pp. 220-1). Neste sentido, o desenvolvimento das forças produtivas é, antes de tudo, atividade essencial, o *desenvolvimento das capacidades humanas*, ou seja, há um nexos indissolúvel entre o desenvolvimento econômico objetivo e o desenvolvimento e o desenvolvimento do homem, ainda que de forma fenomenicamente contraditória.

No tocante à origem do valor, Marx critica a economia política clássica pela negligência com relação à participação da natureza na riqueza, como aponta Löwy, mas afirma na *Crítica de Gotha* que “a natureza é a fonte dos valores de uso (...) nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a

manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem”. Ou seja, em Marx não há minimização de uma fonte de valores de uso em prol de outra. Löwy, segundo nosso entendimento, perde “a conexão ontológica inseparável entre a insuperabilidade última dessa base material e sua constante e crescente superação, tanto extensiva quanto intensiva”, na qual “tanto os objetos que imediatamente parecem pertencer apenas ao mundo da natureza (árvores frutíferas, animais domesticados etc.) – mas que são, em última instância, produtos do trabalho social dos homens – quanto as categorias sociais (sobretudo o próprio valor), das quais já desapareceu toda materialidade natural, devem permanecer, na dialética do valor, indissoluvelmente ligados” (LUKÁCS, 2012, p. 314). A percepção que associa valor de uso com vida autêntica, enquanto ao valor de troca estariam relacionados os males da humanidade atual, bem como o predomínio crescente da quantidade sobre a qualidade, desconsidera que o valor de uso permanece na mercadoria, seu pressuposto e suporte, e as necessidades humanas autênticas devem ser atendidas ampliadamente (devem surgir novas necessidades e novas formas de satisfazê-las). O próprio valor é sinônimo de progresso, pois é categoria social pura (demonstra ampliação da sociabilidade e recuo das barreiras naturais, inclusive das condições de escassez): “É graças ao *valor* embutido na mercadoria que se revela o caráter *social* do trabalho dos produtores particulares, dos indivíduos dispersos na sociedade mercantil” (FREDERICO, 2010, p. 179).

Não é possível falar que as forças produtivas em Marx são “neutras” – conceito bastante estranho ao seu pensamento. Neste, inversamente, estão

relatadas longa e detalhadamente as origens históricas do maquinário e da sua relação com a divisão do trabalho (inclusive a internacional), o mercado, a produção, a exploração e a degradação do trabalhador. Parece-nos que pode haver, em Löwy, uma tendência a tratar forças produtivas como técnica ou maquinaria (como faz explicitamente em cf. 2011, p. 99, quando em todas as outras versões do mesmo texto “aparato técnico/produtivo capitalista” vem substituído por “forças produtivas capitalistas”). Surpreende também sua visão de limites planetários intrínsecos ao crescimento, independentemente das relações sociais, pois dá a impressão de transformar históricas barreiras externas e internas em limites imanentes e insuperáveis, em lei natural da reprodução. Como o desenvolvimento ontológico do ser social reside no progresso econômico (não de um grupo ou de um país, mas da humanidade), o desenvolvimento das forças produtivas – visto em sua totalidade, não apenas na factualidade dada na economia – integra-se no quadro mais geral “dos efeitos exercidos por esse desenvolvimento econômico sobre os homens nele envolvidos (os quais o produziram na prática)” (LUKÁCS, 2012, p. 321).

Ontologicamente, portanto, reduzir o desenvolvimento das forças produtivas a desenvolvimento técnico ou tecnológico é não compreender totalmente sua essencialidade. No mesmo diapasão, a ideia de homem como produtor/consumidor como algo reducionista também não contribui para o entendimento da questão, já que se trata aqui de produção de si próprio e de seu mundo, no sentido amplo – o que não é pouco e justamente o distingue dos outros seres. Ainda nessa direção, notamos uma tendência do autor a simplificar demais algumas categorias,

bem como efetivar retalhamentos – como entre modo de produção, sociedade e civilização, ou entre forças produtivas e condições de produção, que toma como distintas e/ou separadas – e dar a entender que é possível optar por um dos aspectos da contradição enquanto se supera o outro.

A crítica de Löwy é certa em relação à apropriação de uma visão unilateral e linear de progresso pelo marxismo vulgar, mas erra o alvo quando aponta para Marx, em cuja ontologia não há determinismos: o filósofo alemão apreende os processos históricos não como inexoráveis, mas como tendências dadas na própria realidade, para as quais há várias possibilidades de desenvolvimento, a depender da ação humana, do acaso etc., portanto, não há mecanicidade nem necessidade absoluta. Como disse no *Manifesto*, até agora a guerra entre oprimidos e opressores sempre terminou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade inteira ou com a destruição das classes em conflito, não havendo, pois, determinismo. O critério de Marx para falar de progresso é ontológico, trata do desenvolvimento de um grau ontologicamente inferior a outro, mais complexo; para o homem, da intensificação do caráter social e extensão da socialidade, com o necessário recuo das barreiras naturais, ou seja, a ampliação do conjunto das relações sociais que possibilita a própria existência dos indivíduos, o *desenvolvimento da generidade humana* (LUKÁCS, 2010). Nesse sentido, tem sido sempre acompanhado de sacrifícios, desigualdades e retrocessos em esferas específicas do ser social: as “contradições são formas fenomênicas – ontologicamente necessárias e objetivas – desse progresso” (LUKÁCS, 2012, p. 321). Seus veículos muitas vezes entram em contradição com o próprio

desenvolvimento em processo, embora a tendência à unidade efetiva da humanidade enquanto gênero consciente e orgânico seja permanente e inegável.

N’A *ideologia alemã*, Marx asseverou que, sem um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, após uma revolução só se generalizaria a escassez e necessariamente se recairia em toda a imundícia anterior. Assim, a vitória de uma revolução não é inevitável e não depende das volições, mas é possibilidade histórica inscrita em condições objetivas a ser movidas pelos sujeitos. Löwy afirma, com razão, que as revoluções do século XX ocorreram onde não havia sido previsto, mas não percebe que reside aí talvez o mais grave limitador do sucesso daquelas revoluções. Contudo, em vez de ver na ausência de bases materiais para o socialismo a razão do fracasso da antiga União Soviética, por exemplo, Löwy avalia que este se deveu à apropriação do aparato capitalista e aplicação de um planejamento burocrático e impositivo (LÖWY, 2014, p. 75). Com isto, transfere um problema da esfera produtiva para a da superestrutura.

Löwy se enquadra no rol amplo de autores que, constatando atônitos um aumento das desigualdades econômicas e dos problemas ambientais diante do avanço dos mercados capitalistas, lamentam a perda de valores comunitários e apelam para uma ética (CHASIN, 1999, p. 45). Entre outras tarefas, a esta caberia o controle da economia. A recaída numa utopia, consequente com a busca desesperada de um controle ético da economia, no nosso entender, significa um recuo em relação a diversas conquistas do pensamento marxiano – científico e crítico –, além de uma impossibilidade ontológica.

A correta contraposição ao economicismo e determinismo da vulgata marxista se cola em Löwy a uma visão revisionista em uma das suas formas mais recorrentes – “constatar” lacunas no pensamento marxiano e, posteriormente, “complementá-lo” com teorias alheias – e acaba decaindo em ecletismo teórico, sob influência de correntes do romantismo², da Escola de Frankfurt e de Weber. Ele predica uma espécie de “marxismo weberiano”, complementação experimental com a incorporação de termos e categorias de Weber numa abordagem inspirada por Marx e de conceitos weberianos como ferramentas analíticas complementares à dialética marxista, uma “síntese entre uma análise crítica esboçada entre Marx (tese) e Weber (antítese), através de referenciais como Walter Benjamin e Ernst Bloch (síntese)” (SOUSA, 2014, p. 139). Neste mister, o maior temor é que haja uma weberianização de Marx.

Há divergências significativas em relação à suposta “lacuna ecológica” nos textos marxianos. Foster (que Löwy considera insuficientemente crítico, cf. 2011, p. 176) demonstra no percurso teórico de Marx a presença estrutural de uma reflexão ecológica, desde a noção de alienação do trabalho, umbilicalmente conectada à alienação em relação à natureza, culminando com o conceito de metabolismo e as “noções subordinadas de trocas materiais e ação regulatória”, conceituação que lhe permitiu expressar “a relação humana com a natureza como uma relação que

abrangia tanto as ‘condições impostas pela natureza’ quanto a capacidade dos seres humanos de afetar este processo” (FOSTER, 2005, p. 223). Marx demonstrou em diversos momentos a impossibilidade de o capitalismo apropriar-se da natureza por métodos científicos racionais e denunciou a falha metabólica advinda, em especial, da divisão do trabalho entre campo e cidade; daí a necessidade de produtores livres associados regularem seu metabolismo com a natureza de modo racional.

Diferentemente do que crê Löwy (cf. LÖWY; SAYRE, 1993), não é consenso que em Marx haja traços românticos. Segundo Lukács, Marx sempre criticou, no plano teórico, a veneração romântica por um passado menos evoluído – suposto reino de uma harmonia verdadeira, pré-contraditória, mas que contém, por vezes, ignomínias não menos graves que as do presente – e toda tentativa de empregá-lo contra desenvolvimentos objetivamente superiores, sem nunca obliterar a profunda contraditoriedade desta nova fase. Löwy acaba negligenciando estes aspectos em sua leitura de Marx, aproximado do romantismo em demasia. Este concentra sua crítica ao utopismo dos economistas apologéticos da fase da decadência ideológica burguesa, mas “está bem distante de supervalorizar a importância social de antecipações intelectuais e emocionais, transformadas em atividade, das necessidades reais do desenvolvimento” (LUKÁCS, 2010, p. 256). O marxismo constitui uma superação de todo apelo utópico, demonstrando que “o surgimento daquele nível de desenvolvimento econômico que, como base, possibilita ‘o reino da liberdade’ (...) jamais poderia se tornar realidade se já não pudesse liberar ‘apenas’ tendências já existentes” (LUKÁCS,

² “[Löwy] Propõe uma concepção qualitativa, não evolucionista do tempo histórico, na qual a volta ao passado representa o ponto de partida necessário para o salto em direção ao futuro, em oposição à visão linear, unidimensional, puramente quantitativa da temporalidade enquanto progresso cumulativo.” (SOUSA, 2014, p. 141) O messianismo também é elemento presente em seu pensamento.

2010, p. 125). A possibilidade de uma nova sociedade está dada já na atual, por isso não se trata de utopia ou ideal a realizar, mas de conhecimento efetivo e transformação da realidade, e saltar utopicamente sobre a atual situação só pode resultar em fracasso. Bem assim, seria necessário se fixar na maior das contradições no que toca a este aspecto, que é a que enforma a relação cidade/campo – e não notamos em Löwy um estudo mais acurado desta questão ou propostas que visem a solucionar essa contradição específica.

Embora Löwy veja, com razão, os problemas da natureza em sua inter-relação com a sociedade, sua reflexão acerca da relação homem-natureza – crucial para um debate sobre ecologia – é pouco aprofundada. De acordo com Marx, a natureza não é coisa, mas complexo processual, e a relação homem/natureza é, afinal, um processo histórico unitário, que não nega as especificidades de cada campo, mas afirma a prioridade ontológica do mundo natural (inorgânico e orgânico), precondição da existência humana e indissociável dela, bem como a produção dos meios de subsistência como precondição da vida humana no sentido amplo. A concepção materialista de história marxiana está radicada numa concepção materialista da natureza, embora Marx não tenha pretendido fazer uma ontologia da natureza, e sim entender e criticar o desenvolvimento histórico da humanidade (em sua relação estranhada com a natureza) (FOSTER, 2005, pp. 164-6).

Segundo Foster, a Escola de Frankfurt, forte influência de Löwy, “desenvolveu uma crítica ‘ecológica’ que era quase totalmente culturalista na forma, desprovida de qualquer conhecimento da ciência ecológica (ou de qualquer

conteúdo ecológico), e geralmente atribuindo à ciência e ao Iluminismo a alienação dos seres humanos da natureza” (FOSTER, 2005, p. 336). Ele salienta que toda teoria que não trate da dependência dos seres humanos em relação ao meio ambiente não tem alicerces materiais sólidos. Ademais, os frankfurtianos apontam contradições e retrocessos parciais existentes atualmente para negar de modo absoluto o próprio progresso (LUKÁCS, 2010). Como quando se toma apenas um resultado qualquer para decretar a existência de um progresso generalizado, aqui um momento singular é expandido e se torna critério único da totalidade do processo. Löwy tem em comum com esta escola a inspiração romântica, a crítica da modernidade capitalista com base em valores socioculturais pré-capitalistas e da quantificação feita por uma racionalidade instrumental. A base destas críticas está em uma visão weberiana de capitalismo.

Estes pontos fazem temer pela profundidade dos fundamentos teóricos do ecossocialismo löwyano que, não obstante sua importância e seus muitos acertos, pode ser a resultante duma junção de humanismo abstrato com naturalismo abstrato e alguns elementos da crítica da economia política marxiana. Donde a importância de *voltar a Marx* para recuperar sua ontologia e, daí, suas contribuições para a transformação do mundo contemporâneo.

Referências

CHASIN, J. Ad Hominem – rota e perspectiva de um projeto marxista. **Ensaio Ad Hominem** n. 1, tomo I – Marxismo. Santo André, Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

FREDERICO, C. O Marxismo de Lucien Goldmann. **Cronos**, Natal, v. 5/6, n. 1/2, pp. 147-156, jan./dez. 2004/2005.

_____. “Parte II – O marxismo weberiano”. In: TEIXEIRA, F.; FREDERICO, C. **Marx, Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Cortez, 2013.

JINKINGS, I.; PESCHANSKI, J. (Org.) **As Utopias de Michael Löwy**. Reflexões de um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007.

LÖWY, M. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **A Teoria da Revolução no Jovem Marx**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. Entrevista. **Margem Esquerda**, São Paulo: Boitempo, n. 4, pp. 9-20, 2004.

_____. Cenários do Pior e Alternativa Ecosocialista. **Serv. Soc. e Soc.**, São Paulo, n. 104, pp. 681-694, out./dez. 2010.

_____. **Écossocialisme: L’alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste**. Paris: 1001 Nuits, 2011.

_____. “Introdução: A dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do *progresso*”. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O que é o Ecosocialismo?** 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

_____. De Marx ao Ecosocialismo. Disponível em:

<<http://www.coptec.org.br/biblioteca/Agroecologia/Artigos/De%20Marx%20ao%20Ecosocialismo.pdf>>, acessado em 1 abr. 2016.

_____.; SAYRE, R. **Romantismo e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para uma Ontologia do Ser Social** v. 1. São Paulo: Boitempo, 2012.

QUERIDO, F. M. “Alarme de Incêndio”: Michael Löwy e a crítica ecosocialista da civilização capitalista moderna. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, pp. 11-26, jan./abr. 2013.13.

SOUSA, Rui Bragado. Michael Löwy: um intelectual utópico e romântico em tempos pós-modernos. **Revista Espaço Acadêmico** n. 159, pp. 135-144, ago. 2014.

VAISMAN, Ester. Encontros e dissonâncias: o caráter da interlocução de Weber & Lukács. **Revista Espaço Acadêmico** n. 50, jul. 2005.

VASCONCELLOS, Caio. György Lukács e a crise na consciência do proletariado. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas** n. 21. Disponível em: <<http://verinotio.org>>, acessado em 29 maio 2016.

WALLIS, V. “Progresso” ou Progresso? Definindo uma tecnologia socialista. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, n. 12, pp. 133-146, 2001.

Recebido em 2016-05-29
Publicado em 2017-01-01